

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

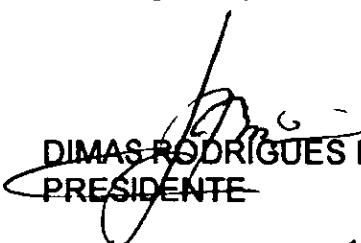
Processo nº. : 10840.003745/96-17  
Recurso nº. : 14.648  
Matéria: : IRPF - Ex.(s): 1992  
Recorrente : ANTONIA DE ANDRADE ROCHA  
Recorrida : DRJ em RIBEIRÃO PRETO - SP  
Sessão de : 11 DE NOVEMBRO DE 1998  
Acórdão nº. : 106-10.531

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL – RECURSO NÃO CONHECIDO –**  
Não se conhece de recurso desacompanhado do depósito de garantia de instância , previsto no art. 33, § 2º, do Decreto nº 70.235, de 1972, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 1.621, em sua mais recente edição. Cumpre à autoridade preparadora controlar o cumprimento da exigência legal e, à vista de seu não atendimento, sustar o recurso na origem.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por ANTONIA DE ANDRADE ROCHA.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso por desatendidos os pressupostos para sua admissibilidade (falta de depósito recursal), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
DIMAS RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

  
LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 19 MAR 1999

**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº. : 10840.003745/96-17  
Acórdão nº. : 106-10.531

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros ANA MARIA RIBEIRO DOS REIS, HENRIQUE ORLANDO MARCONI, ROSANI ROMANO ROSA DE JESUS CARDOZO, ROMEU BUENO DE CAMARGO, RICARDO BAPTISTA CARNEIRO LEÃO E WILFRIDO AUGUSTO MARQUES.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

Processo nº. : 10840.003745/96-17  
Acórdão nº. : 106-10.531  
Recurso nº. : 14.648  
Recorrente : ANTONIA DE ANDRADE ROCHA

**R E L A T Ó R I O**

**ANTONIA DE ANDRADE ROCHA**, já qualificada nos autos, recorre a este Conselho da decisão de primeiro grau que julgou procedente a ação fiscal pela prática de infrações à legislação do imposto de renda, descritas nas peças vestibulares deste processo. A autoridade preparadora atesta nos autos que o contribuinte recusou-se a efetuar o depósito de garantia de instância, previsto previsto no art. 33, § 2º, do Decreto nº 70.235, de 1972, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 1.621, em sua mais recente edição.

É o Relatório.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**

Processo nº. : 10840.003745/96-17  
Acórdão nº. : 106-10.531

**V O T O**

Conselheiro LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES, Relator

O recurso não preenche condições de admissibilidade. Com efeito, o art. 33, § 2º, do Decreto nº 70.235, de 1972, com a redação que lhe foi dada pela Medida Provisória nº 1.770, em sua mais recente reedição, submete seu conhecimento à existência de depósito de garantia de instância equivalente a 30% do crédito tributário em litígio. Cumpre à autoridade preparadora controlar o cumprimento da exigência legal e, à vista de seu não atendimento, sustar o recurso na origem.

Tais as razões, voto pelo não conhecimento do recurso.

Sala das Sessões - DF, em 11 de novembro de 1998

LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES